

8/5/1985

FAESP e Fetaesp chegam a consenso sobre 13 das 29 reivindicações

por Wanda Jorge

de São Paulo

Continuou o impasse na reunião de ontem entre os usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, que formam a comissão dos doze da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), e os cortadores que executam a colheita, representados pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (Fetaesp). Do pacote com 29 reivindicações, após quase vinte dias de negociação só se atingiu o consenso em 13 delas. Os principais pontos em que não se chega a entendimento são a trimestralidade, a estabilidade e a fixação de um contrato de trabalho anual, e não com validade apenas durante a safra (nove meses).

Uma das reivindicações que vinha emperrando o acordo — o pagamento por tonelagem, enquanto os produtores pediam por metro linear — foi ontem acertada. A Fetaesp concordou em elaborar uma tabela de conversão, para servir de controle da produção para o trabalhador durante a pesagem da cana que produziu. Existe, porém, uma variação muito grande entre os valores a serem pagos pela cana colhida. Para formar uma tonelada de cana são necessários 12 metros — no caso da cana de primeiro corte. A FAESP oferece Cr\$ 5.000 por tonelada, enquanto a reivindicação dos trabalhadores é agora de Cr\$ 12.000.

Roberto Horiguti, presidente da Fetaesp, disse ontem que a entidade resolveu reduzir em 2.5% os valores reivindicados inicialmente, desde que haja antecipação em agosto, da variação do INPC de maio, junho e julho. Segundo ele, esta é uma demonstração de que a Fetaesp está disposta a esgotar todas as formas de negociação, na busca de um acordo. José Grazziano da Silva, assessor econômico da Fetaesp, afirmou que é fundamental que se chegue a qualquer tipo de indexação para impedir enormes perdas salariais de um acordo sem reajuste durante todo seu prazo de validade. Como não há consenso quanto à trimestralidade, a Fetaesp propôs que haja reajustes de salários na mesma proporção de cada aumento do preço da cana, estabelecido pelo governo. Proposta que foi prontamente recusada pelos patrões, segundo Grazziano.

A Fetaesp pretende também negociar, junto com o contrato de trabalho, algum critério que garanta a ocupação da mão-de-obra durante a entressafra. Para evitar o desemprego freqüente nesses períodos, o assessor informou que foram apresentadas algumas sugestões, como redução do uso de herbicidas, de colheitadeiras e fixação de um contrato válido por um ano.

José de Laurentis, ex-presidente do Sindicato Rural de Guariba e um dos negociadores da FAESP, considera difícil chegar a um consenso, uma vez que existem pontos em que nenhuma das partes está disposta a ceder. O piso proposto pelos trabalhadores, de Cr\$ 50 mil a diária, está bastante distante dos Cr\$ 16.300 que os fornecedores e usineiros se dispõem a pagar. José de Laurentis diz que no corte da cana não se utiliza a mão-de-obra diarista, mas como se trata de um acordo estadual, para todas as culturas, o setor canavieiro não pode aceitar um piso maior, embora seja um dos segmentos com mais possibilidades de cumpri-lo.

(Página 7)